



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA  
INSTITUCIONAL**

---

**Nara Teresinha Pazinato Dias**

**ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO  
REGULAR**

**UFSM**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2005**



**ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO  
REGULAR**

**por**

**Nara Teresinha Pazinato Dias**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em  
Psicopedagogia Institucional, da Universidade Federal de  
Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Psicopedagogia Institucional.**

Santa Maria, RS, Brasil

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA  
INSTITUCIONAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO  
REGULAR**

elaborada por

**Nara Teresinha Pazinato Dias**

como requisito para obtenção do grau de  
**Especialista em Psicopedagogia Institucional**

COMISSÃO EXAMINADORA

---

**Profª Drª Maria Alcione Munhóz  
Orientadora/Presidente**

---

**Profª Ms. Andréa Tonini**

---

**Prof. Esp. José Luiz Padilha Damilano**

Santa Maria  
2005

## SUMÁRIO

RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
INTRODUÇÃO.....	01
I. ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO REGULAR .....	04
1.1. A Educação: Direito Universal .....	04
1.1.1 A Educação: Buscando a Qualidade e a Igualdade de Oportunidades.....	07
1.2. A Inclusão como um Novo Desafio .....	13
1.2.1. A Acessibilidade Social na Escola .....	17
1.2.2. Características de uma Escola Inclusiva.....	19
1.2.3. Fins da Escola Inclusiva .....	22
II. A ESCOLA REGULAR E O ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS .....	24
2.1. O aluno com necessidades educacionais especiais: educar para a autonomia .....	26
2.2. Sensibilização da Comunidade em Geral e dos Profissionais .....	29
III. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS .....	31
3.1. Contextualização do Método .....	31
3.2. Contextualização da Escola .....	32
3.3. Participantes do Estudo .....	35
3.4. Instrumentos e Trabalho .....	35
3.5. Análise dos Dados .....	37
IV. ANÁLISE DOS DADOS .....	38
4.1. Considerações dos Professores sobre a Acessibilidade .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS .....	48

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Programa de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **“ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO REGULAR”**

AUTORA: NARA TERESINHA PAZINATO DIAS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA ALCIONE MUNHÓZ  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de março de 2005

Esta pesquisa estudou uma realidade escolar na intenção de investigar o processo de acessibilidade, visto que há no contexto diferenças individuais, diversidades culturais, sociais e individuais, com o objetivo de tornar a realidade escolar inclusiva e, dentro desta premissa para uma escola consciente do seu papel na sociedade. Para isso o trabalho pedagógico escolar teve como preocupação as dificuldades de aprendizagem, as necessidades especiais de ensino, dando ao educando condições necessárias para que possa freqüentar essa escola e obter conhecimento adequado para a sua formação. Tendo também, como tema abordado neste estudo a importância quando se trata de educação inclusiva e qual o posicionamento da acessibilidade do professor frente ao assunto, suas dificuldades e inquietudes ao proporcionar educação para uma turma bastante diversificada e com alunos com Necessidades Educacionais Especiais em classes Regulares de Ensino.

**Palavras-Chave:** Necessidades Educacionais Especiais, acessibilidade, escola, aprendizagem.

## **ABSTRACT**

Monograph of Specialization

Program of Masters Degree in Educational administration

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil.

### **“ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO REGULAR”**

(ACCESSIBILITY OF PUPIL WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS ON SCHOOL OF TEACHING REGULAR)

**Authora:** NARA TERESINHA PAZINATO DIAS

**Orientater:** PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA ALCIONE MUNHÓZ

Data and Local of the Defense; Santa Maria, 23 de Março de 2005.

This research studied a school reality in the interaction of observing the accessibility process, because there is in the context individual differences, with the objective of tuning the inclusive school reality and, inside of this premise for a school conscious of role in the society. For that whork pedagogic scholarhad as concern the learning difficulties, the specialneeds of teaching, giving to the educating necessaryconditions so that it can frequent that school and to obtain knowledge adapted to its formation. Also tends, as theme approached in this study the importance when it is inclusive education and which the positioning of the accessibility of the teacher front to the subject, its difficulties and restlessness when providing education for a quite diversified group and with students with Special Educational Needs in Regular Classes of Teaching.

Work–Key: Special Educational needs, acessibility, school, learning.

## INTRODUÇÃO

Os direitos humanos básicos são ainda rotineiramente negados a segmentos inteiros da população mundial, nos quais se encontram muitas crianças, mulheres e homens que têm deficiência. Busca-se um mundo onde as oportunidades iguais para as pessoas com deficiência se tornem uma consequência natural de políticas e leis sábias que apóiem o acesso, bem como a plena inclusão, em todos os aspectos da sociedade.

O progresso científico e social no Século XX aumentou a compreensão sobre o valor único e inviolável da vida. Contudo, a ignorância, o preconceito, a superstição e o medo ainda dominam grande parte das respostas da sociedade à deficiência. No Terceiro Milênio, precisa-se entender a deficiência como uma parte comum da variada condição humana. Estatisticamente, pelo menos 10% pessoas de qualquer sociedade nascem com ou adquirem uma deficiência; e aproximadamente uma em cada quatro famílias possui uma pessoa com deficiência (MANTOAN,1997).

No Século XXI, continua-se em busca da real condição de igualdade e, por isso se deve insistir na busca dos direitos humanos para todas as pessoas. Dentro dos conceitos mais atuais das diretrizes mundiais de inclusão da pessoa com deficiência, porque são as mais vulneráveis em razão da não adaptação arquitetônica e pedagógica das escolas em geral.

O tema **“Acessibilidade de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Escola de Ensino Regular”** foi escolhido, por ser conhecida a necessidade de aprofundar novos conhecimentos, com a finalidade de entender melhor o assunto cuja realidade é presente nas escolas de ensino regular. Todas as vezes que o direito de acesso à escola é questionado e descumprido, a principal alegação está motivada na “dificuldade que as escolas em geral, enfrentam para receber estes alunos, especialmente nos casos em que a deficiência é mais severa” (MANTOAN,2000,p.23).

Portanto, neste estudo, o objetivo maior é de que haja uma reformulação de conceitos e atitudes, visto deste sentimento de inclusão na escola regular e compromisso no ensino–aprendizagem do docente perante este processo.Com essa realidade se buscou conhecer e entender o processo inclusivo como um todo; concepções, opiniões, recursos didáticos, tentando amenizar os anseios do docente e, para que essa regulamentação ainda fragilizada pelas limitações, dê à prática um caminho sistematizado de progresso no fazer–ensinar– aprender.

Ao refletir sobre o tema, e observar o fazer da escola, a preocupação está voltada para, a acessibilidade que é um dos fatores preocupantes na Escola Regular hoje, acompanha a ação educativa desde as origens, esboçando–se no espírito a idéia da ação, isto é, a representação mental da função do docente, abre–se o caminho para ampliar o fazer pedagógico, facilitando a especificidade do incluir alunos com deficiência,

isto é, como uma especialidade com contornos definidos implicando determinadas qualificações que exigem uma formação específica.

# **I. ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLA DE ENSINO REGULAR**

## **1.1. A Educação: Direito Universal**

A educação para todos, registrada em nossa Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Lei nº 9.294/96), assegura teoricamente idênticas condições de acesso à cultura e à preparação para uma profissão, garantindo a cidadania a todas as pessoas, com todos os direitos a elas inerentes e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências.

Embora as mudanças já estejam ocorrendo, ainda são muito lentas. A sociedade precisa assumir mais corretamente o seu papel, criando condições necessárias, onde a diversidade não é defeito, não precisa ficar isolada, exige boa acessibilidade de caráter pedagógico e com melhor qualidade. “Se a escola está aberta, é um espaço inclusivo. É preciso, muito cuidado com a filosofia de educação que sustente o Projeto Político–Pedagógico, como também o currículo (Bueno,1998,p.16).

Vasques (2000) considera fundamental o desenvolvimento das potencialidades humanas, de modo que cada indivíduo possa desenvolver-se da melhor forma possível, dentro de suas limitações.

Kufter apud Vasques (2000) declara, a respeito, o seguinte:

Em toda a educação está a questão da transmissão de um conjunto parcial de conhecimentos ou amostra daquilo que os outros souberam acumular com antecedência. 'Porém, aquele que aprende algo, não só adquire um certo domínio sobre algum dos mundos possíveis – aquele das letras, da natureza, ou das virtudes humanas dentre outros – mas também é marcado pelo aprendido no próprio coração da vida (p.30).

Para Vasques (2000), a educação não se esgota na transmissão de conhecimentos específicos. O valor do ato educativo e da inserção escolar é viável para todas as crianças, em especial para aquelas que necessitam de cuidados especiais, pelo fato de serem consideradas diferentes, deficientes e destinadas erroneamente à segregação. Assim como os conceitos sobre os deficientes vêm evoluindo, as atitudes sociais voltadas a eles também se modificam, principalmente devido ao progresso científico e tecnológico, que não os considera totalmente incapazes de aprender.

Junto as mudanças que vêm ocorrendo no mundo e em todos os setores da sociedade, novos enfoques e mais esclarecedoras concepções estão sendo dadas à educação, que, segundo Zabalza (apud GONZÁLEZ, 2000), deve ser entendida: como desenvolvimento (num sentido holístico e ecológico do termo); como libertação (no sentido da busca de liberdade); como capacitação profissional (no sentido do manejo do meio); como informação (num sentido de enculturação); e como formação (no sentido de desenvolvimento individual).

Os valores democráticos de nosso século entendem a educação como participação da cultura, com valores de liberdade, igualdade e respeito às diferenças.

Portanto, deixar fora da escola e das oportunidades de educação escolar o sujeito diferente, isto é, o indivíduo com deficiência, é apontar como uma transgressão aos princípios de igualdade, fraternidade e humanidade, implícitos na Constituição Brasileira. A experiência vivenciada no cotidiano de uma escola regular ensina que a inclusão deve começar na conscientização de todos os professores, comunidade escolar, autoridades, sociedade.

O que se observa atualmente é que a escola regular “não sabe lidar com as diferenças e assim não consegue manter o aluno ‘diferente’ em suas turmas” (MANTOAN,2000,p.26). E a escola especial é vista como depósito de alunos que não acompanham o desenvolvimento das aulas, por serem diferentes, ou seja, com dificuldades especiais”.A diversidade é uma das demandas sociais da atualidade, visto isso, a inclusão tem sua afirmação garantida no contexto escolar, o que se tem é que aperfeiçoar os saberes em função de como o fazer pedagógico deve proceder à sua prática para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

González (2000), descarta a ideologia de que a inclusão numa aula comum seja única situação apropriada para uma criança com deficiência ou dificuldades de aprender. Ele defende a idéia de um “continuum de situações” baseado na natureza e gravidade das deficiências.

Alguns autores, como Mantoan (1997), é a favor da idéia da eliminação das situações de educação especial a favor da inclusão, que inclua todos os alunos, com ou sem deficiência, pois significa, além de tudo, que o professor deva assumir uma prática fundamentada no contexto institucional e social, ou seja, uma prática contextualizada. Há grupos,

inclusive Mantoan de educadores que defendem a inclusão total, reivindicando mudanças fundamentais e a eliminação da educação especial. Para uns seguimentos desses grupos, os próprios professores especialistas é que proporciona apoio aos alunos, tanto os incapacitados quanto os não-incapacitados, em aulas comuns. Outra parcela do grupo, que inclui políticos e administradores, defende a inclusão total por questões de economia, para reduzir os custos da educação especial.

Stainbak e Stainbak, (1999) destacam uma série de vantagens que as escolas inclusivas podem proporcionar, como: centram-se na forma de apoiar e cuidar da comunidade escolar para todos os alunos, e não apenas uma categoria; os recursos e esforços de todos os trabalhadores da escola podem ser empregados na avaliação das necessidades educativas, na educação adaptação do ensino e no apoio aos alunos, não sendo essa tarefa exclusiva dos professores de educação especial, pois que se dirige a todos os alunos.

### **1.1.1. A Educação: Buscando a Qualidade e a Igualdade de Oportunidades**

O mundo atual vive a era da informação e democracia. O novo, o inusitado, com avanço na área do conhecimento humano, são fatores que exigem novas posturas do homem de nosso século, na profissão, na maneira de vida, nos relacionamentos familiares, nas atitudes na vida em sociedade. Em vista disso, a educação precisa mudar seus parâmetros para formar o homem do Novo Milênio, que responda aos desafios da nova era.

Novas formas de trabalho vão surgindo, onde o braço humano é substituído pelo trabalho automatizada. Robôs preenchem os lugares dos antigos operários nas montadoras de carros e outras indústrias. O mercado de trabalho precisa hoje, é de pessoal capacitado, especializado, familiarizado com a tecnologia moderna e com novos modelos de organização empresarial. Em vez de quantidade de braços, exige-se qualidade de serviço.

A escola de nossos dias vive uma crise existencial. Ela, que preparava o cidadão submisso, aquele que aprendia a obedecer às ordens de seus superiores, sem questionar suas decisões, agora não serve mais. Pois a sociedade precisa de cidadãos criativos, responsáveis e aptos a resolver de imediato problemas imprevistos, capazes de opinar, de tomar iniciativas e promover o bem social, enfim, de pensar coletivamente, e não apenas de acordo com interesses pessoais.

Mas a realidade vem mostrar que as escolas públicas, em geral, onde a maior parte do alunado do país é matriculada, não estão preparadas para oferecer um ensino capaz de atingir os objetivos que a educação atual deveria pretender. “Se houve democratização no país, quanto ao acesso do alunado à escolarização, o mesmo não aconteceu no ensino, cujo nível de qualidade vem decrescendo e continuando a ser predominantemente acadêmico” (MANTOAN,1997:29).

A sociedade mudou, a família transformou-se, o mercado de trabalho seguiu novas tendências e técnicas sofisticadas, e o cotidiano que, na parte prática, com as facilidades das novidades eletrônicas, parece ter sido facilitado, de fato vem perdendo seu sentido humanístico. O sentido da

vida ficou relegado a segundo plano, devido à luta pela sobrevivência das classes trabalhadoras e à luta por maior poder e riqueza, da parte da elite.

Nesse contexto, a sociedade valoriza a pessoa pelo que tem ou pelo que pode produzir. Quem não nasceu rico ou privilegiado pela educação de qualidade fica em desvantagem perante seus pares, porque os conhecimentos que poderiam ascendê-lo às classes mais altas ou aos melhores lugares no mercado de trabalho lhe são dados insuficientemente em comparação com seus colegas que freqüentaram as melhores escolas. Se a perda de oportunidades acontece dessa maneira, por questões de qualidade de ensino, maior mal acontecerá àqueles que são “excluídos” das escolas.

Isso acontece com pelo menos 10% da população em idade escolar (segundo Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC,1998), que não é aceita em escolas regulares, devido à deficiência mental, circunstancial ou orgânica. Considerados capazes de aprender, esse contingente de indivíduos são segregados em casa ou em instituições especializadas para esse aluno com necessidades educacionais especiais, onde eles não têm as devidas oportunidades de desenvolver-se, dentro de suas capacidades.

O movimento de inclusão escolar, que consiste na aceitação de todo tipo de aluno em classe ou escola regular, recebendo as mesmas aulas, mas com atendimento diversificado, segundo suas necessidades especiais, é a tendência que está tomando conta da consciência de educadores, psicólogos, sociólogos e autoridades do ensino, desde as últimas décadas do século XX.

A vida sem a educação, ou seja, sem transformar em capacidades as potencialidades inerentes ao ser humano, é “uma construção inacabada”, como dizia Carvalho (2002:p.38). Cada indivíduo tem, implicitamente, um projeto de vida para realizar, de acordo com seus dotes e ideais. Mas precisa na tenra idade, ou mesmo depois, quando é portador de alguma deficiência, de orientação de adultos capacitados para ajudá-lo a desenvolver-se e crescer, de modo a atingir o máximo de suas possibilidades.

Cada pessoa tem suas características próprias, seu modo pessoal de ver a realidade, de sentir e de agir. Ninguém pode ser considerado incapaz de aprender alguma coisa, e um dos fatores decisivos para o aprendizado é a interação com seus pares.

O aluno com necessidades educacionais especiais é capaz de assimilar conhecimentos na interação com seus colegas regulares. Na convivência, ele participa, é ajudado e demonstra, muitas vezes, que tem habilidades especiais que muitos alunos considerados inteligentes não têm.

A diversidade, conforme prega González (2000), é um aliado valioso na aprendizagem. O paradigma da escola moderna não é a homogeneização, pelo contrário, ela se baseia no diferente, na individualidade. Só assim estará ensinando seus alunos a viver no mundo com realismo e objetividade. González (2000) diz que a resposta à diversidade se concretiza no conceito de adaptabilidade do currículo. Mantoan (1997) também se refere a importância de um currículo flexível. A escola tem de ser compreensiva e adotar a diversidade.

Mantoan (1997) defende a mudança da escola, para deixar de querer “normalizar” os alunos, exigindo que sigam os mesmos padrões de comportamento e aprendizagem. Pelo contrário, ela deve respeitar e até incentivar as diferenças.

A escolarização, visando, entre outros objetivos, a socialização e a transmissão de conhecimentos e de cultura, que são a marca da identidade de um povo, é um imperativo que deve ser estendido a todas as crianças nascidas ou criadas no país. Negar a educação formal – a escolarização – a uma criança, seja capaz ou incapacitada é negar-lhe o substrato da existência. Pois é educando-se que a pessoa se conhece, conhece o mundo, as pessoas e aprende para quê vive. Só assim poderá tomar decisões e assumir ideais. E ser feliz, na medida do possível.

Em todo o mundo os movimentos pró-inclusão escolar estão tomando vulto neste final de século XX, e documentos traçando metas e estratégias têm sido divulgados internacionalmente, a fim de dar o apoio necessário à sua implantação e implementação em todos os países. Ainda existem autores defendendo a educação especial dos moldes do século XX, que reunia os portadores de deficiência em instituições especializadas. Mas houve um progresso nessa área, deixando de separar, na educação especial, os deficientes auditivos, visuais, mentais, em cada categoria e reunindo num mesmo contexto.

Educadores mais progressistas entendem que todos os alunos, incapacitados ou não-incapacitados devam ter a mesma escolarização, isto é, recebam aulas em classes comuns e escolas regulares. O que varia na opinião deles é a questão do currículo. Um currículo único para todos, ou

um currículo diferenciado e flexível, que atenda às necessidades específicas à medida que surgirem as dificuldades.

Mantoan,(1997) e González (2000) e outros, consideram que o mais importante não é o ensino acadêmico, que no entanto não deve ser posto de lado, mas o essencial é capacitar o aluno a auto-determinar-se, a tornar-se independente, a aprender coisas práticas da vida e, principalmente, a relacionar-se bem e conviver harmoniosamente em sociedade, mantendo uma auto-estima positiva.

González (2000: p.126) assim defende a inclusão escolar:

(...) inclusive as crianças mais incapacitadas podem se beneficiar de uma educação; nenhuma criança pode ser de antemão considerada ineducável. A razão fundamental para educar os jovens com incapacidades é de ordem moral, como cidadãos, eles têm direito a ser educados.

Muito válido é o que diz Cláudia Werneck (1997: p.23): “que escola só é escola se for transformada. E que os princípios da inclusão são os mesmos da democracia”.

Da mesma maneira, o ritmo do professor tem de ser respeitado, quando ele busca atender aos ideais da educação no contexto da sociedade inclusiva. Porque ele conhece a sua responsabilidade de ensinar a todos, de acordo com sua individualidade.

## **1.2. A Inclusão como um novo desafio**

O conceito de educação inclusiva enquadra-se numa perspectiva de escola aberta a todos, não sendo o ensino elitista, que é só acessível a quem tem condições económicas para frequentar, deu lugar a um sistema de ensino acessível a todos. A Escola Inclusiva pretende marcar a passagem de um modelo em que as turmas específicas do ensino especial, centrado no professor de educação especial, dê espaço para um novo modelo; os alunos com necessidades especiais são incluídos nas turmas ditas “normais” ou no ensino regular, acreditando que toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e de atendimento à parte.

Gordon Porter (apud JESUS e MARTINS (2000,p.12) coloca que Escola Inclusiva é:

Um sistema de educação e ensino onde os alunos com necessidades educativas especiais, incluídos os alunos com deficiência, são educados na escola do bairro, em ambientes de sala de aula regulares, apropriadas para sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensinamentos e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais.

Jesus e Martins (2000) continuam dizendo que a construção de uma escola que possa eficazmente atender as diferenças, deverá passar por uma profunda reforma do ensino regular; portanto inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e os professores aperfeiçoem as suas práticas.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiências é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidade, sem cair nas teias da educação especial e de suas modalidades de exclusão.

A Inclusão como filosofia educacional exige novas alternativas, mudanças de sistema de ensino, avaliação, programas e atividades, sendo necessário conhecer as causas geradoras dos problemas apresentados pelas crianças, e conhecer a influência da família e do ambiente social. A escola deverá compreender este contexto, para que possa determinar a forma mais adequada de sucesso dos alunos, conforme nos colocam Stainback e Stainback (1999) as boas escolas são boas escolas para todos os alunos.

Stainback e Stainback, (1999, p.69) ainda destacam que:

A reforma abrangente da escola envolve dois componentes. O primeiro é um visão firme da maneira como as escolas poderiam ou deveriam ser. A exigência primordial é conseguir imaginar as escolas de outra maneira – não estratificadas pelas capacidades, não apegadas a um currículo fixo, bem equipadas, com professores inovadores e engajados. Mas o segundo componente essencial de uma ampla reforma escolar, em oposição a uma inovação do programa ou alguma improvisação da escola, é uma agenda compartilhada: o entendimento de que o ajuste da escola a alguma criança deve significar o ajuste da escola para todas as crianças.

Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 1996), em seu capítulo V, art. 58º, “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar,

oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais.”

De acordo com Carvalho (1997), a LDB (1996) tem características básicas de flexibilidade, de abertura e de algumas inovações, um certo espírito arejado de maior importância para a educação escolar de alunos com necessidades especiais; entretanto requer alguns cuidados em sua interpretação e implementação, mantendo muitos traços conservadores. Um deles é quando conceitua educação especial como modalidade de educação escolar, diz que esta nos induz a, pelo menos duas interpretações, *“a primeira, que estabelece uma dicotomia entre o “regular” e o especial, aquele chamado de ensino e esta de educação; a segunda, que leva a uma correlação biunívoca entre as necessidades especiais e a educação especial [...]”*.

Carvalho (1997), ainda salienta para o significado do advérbio preferencialmente, que evidencia a escolha ou a prioridade conferidas às escolas de ensino regular em vez das escolas especiais para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Corrobora para o atendimento que se tem acerca da escola para todos, sem discriminação ou segregação de alunos, por suas características. Idéia proposta como linha de ação na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na Espanha, que resultou na declaração de Salamanca de Princípios Políticos, Prática em Educação Especial.

O princípio fundamental da Declaração de Salamanca (1994: p.18) é de que:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. Todas essas condições Linha de Ação, a expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças [...].

Isso, no entanto, só poderá ocorrer mediante uma mudança de valores, de atitudes na estrutura da sociedade, bem como nas concepções de educação, de modo a permitir a inclusão social, por meio de um processo de reconhecimento de que todos os educandos são capazes de aprender.

Assim, Schwartzman (apud MANTOAN, 1997, p.65) diz que “nós e nossas crianças teríamos que passar a ver os diferentes, os deficientes e os não capazes, como muito mais semelhantes a nós do que parece atualmente”.

É um novo paradigma de pensamento, de ação, de aceitação social ampla, de paz, cooperação, e de reconhecimento de que todas as crianças, devem ter a oportunidade de tornar-se membros regulares da vida educacional e social; que a diferença se torne a regra e não a exceção; a desigualdade e o controle sejam transcendidos.

### **1.2.1. A Acessibilidade Social na Escola**

Segundo Bourdieu e Passeron apud Boneti (2000:p.100) concebem:

A escola como principal instituição responsável pela reprodução e legitimação do capital cultural dominante, pois ela estabelece normas de conhecimento, comportamento e linguagem. As diferentes classes sociais guardam distâncias desiguais em relação à cultura escolar. Os resultados obtidos (sucesso ou fracasso) são diferentes não devido às características pessoais dos sujeitos, mas porque a norma escolar imposta igualmente a todos favorece a classe dominante, enquanto as classes subordinadas ficam em desvantagem.

Assim é possível tomar conhecimento dos efeitos da reprodução da sociedade dominante, mas se ignora como esses efeitos são produzidos no interior das escolas.

Larrosa apud Heron da Silva (1999: p.61) diz:

Como educadores, movemo-nos, constantemente, nesta tensão entre a produção e a imposição de uma verdade única e o suprimimento de múltiplas verdades. Nas escolas, às vezes, oferecemos como realidade às interpretações dominantes.

Uma escola, hoje, difere muito pouco de uma escola medieval, embora distante dela muitos anos. Como se vê, a escola é uma entidade atrasada, que não acredita na mudança ocorrida na sociedade.

Há uma preocupação intensa pela quantidade do que se aprende e do que se ensina e pouquíssima preocupação com a qualidade. “A escola está perdendo espaço para a tecnologia, a televisão e os meios de comunicação estão transformando o mundo em uma aldeia global deixando

a escola em segundo plano no aspecto técnico, pedagógico e comportamental”, afirma Frison apud Boneti (2000: p.100).

Não se está confirmando uma exclusão da escola? Cabe a escola atualizar-se, motivar-se em relação ao meio social, a nova sociedade, as novas relações humanas e ao avanço da tecnologia e da comunicação para não perder seu espaço. Mais ao se falar em não acessível na escola toca mais fundo, pois alguém é responsável direto ou indiretamente por isto, sobretudo quando estes cidadãos além de serem excluídos da escola também são excluídos de seus direitos básicos.

A escola hoje tem sido seletiva e excludente precisamos mudar este quadro criando escolas com ideologias cidadãs e inclusivas.

estar excluído socialmente da/na escola pode significar estar fora da escola e, assim, estar excluído também das conquistas sociais ou, ainda, pode significar estar excluído socialmente, mesmo permanecendo dentro da escola, se a mesma não está articulada para esse sujeito agir de forma crítica e produtivamente nesse mundo em crise em favor da equidade social. (TRINDADE, 1996 p.18).

Enquanto a educação não conseguir encontrar caminhos e avançar, a escola continua a seleção dos mais aptos e a exclusão dos demais.

Refletir sobre quem são os excluídos da escola pode ter o mesmo sentido de refletir sobre quem são os excluídos na sociedade: as minorias que representam a maioria da população, ou seja, os mais desfavorecidos economicamente, como as classes populares, as crianças, os negros, as mulheres e todos aqueles estigmatizados culturalmente. Há, assim dupla exclusão: a exclusão social e a exclusão feita pela escola, que inviabiliza muitas vezes o acesso à melhoria da qualidade de vida.” (TRINDADE, 1996 p. 32).

Criação de uma escola inclusiva, onde todos os alunos sintam-se reconhecidos, valorizados e respeitados ainda é uma utopia que depende de todos nós para que se torne realidade.

Nossa legislação, desde a Constituição Federal até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Portanto, a matrícula compulsória de crianças com necessidades especiais, inclusive a deficiência auditiva, visual e mental, já é uma realidade em nosso país. “ocorre que como a lei demora muito a ser cumprida e tendo em vista certos termos ali utilizados como “ preferencialmente, “sempre que possível”, ainda há muito trabalho de conscientização a ser feito. “Boa parte de nossos educadores sequer sabe o que é educação inclusiva” afirma Fávero (2002: s/p) é da obrigação legal de admitir alunos com alguma deficiência, ainda que mental, e o que é pior, não conhecem os extraordinários benefícios da inclusão até para os não com necessidades especiais.

### **1.2.2. Características de uma Escola Inclusiva**

Organizar uma escola inclusiva, onde todos os alunos se sintam reconhecidos, valorizados e respeitados, requer estratégias de ensino e currículo adequados, considerando as várias maneiras em que os alunos se diferenciam. Inicia pela conscientização dos professores. Uma comunidade inclusiva é, pois, aquela onde todos os membros se consideram pertencentes e capazes de dar sua contribuição, na opinião de Shevin apud Stainback & Stainback, (1999, p.290).

Ignorar as diferenças, fica indiferente a elas, pode levar a criança a pensar que elas são algo proibido de comentar. Aí surgiriam os cochichos, as risadinhas, que levam a exclusão e ao isolamento.”Nosso objetivo como educadores deve ser o de explorar honestamente as diferenças, dando oportunidade aos alunos de experimentar e compreender a diversidade dentro de uma comunidade segura e protetora” (MANTOAN, 1997,p.18).

Para Stainback & Stainback (1999), a formação dos professores de Educação Especial tem de readaptar-se constantemente devido às contínuas modificações nos conceitos desse tipo de educação. Um dos problemas a enfrentar de início é quanto à legislação que mais morosamente se adapta às mudanças de mentalidade. Assim sendo, ficam prejudicados os objetivos, os estudos, a metodologia, tudo, enfim, que se refere a essa área da educação.

Entretanto, já se nota hoje em dia a tendência para formar professores de Educação Especial, e não de Deficientes Visuais, Auditivos, Físicos, Mentais, como acontecia até décadas atrás.

Os mesmos autores citados acima consideram que a formação dos professores de Educação Especial precisa preparar profissionais que favoreçam a criação e funcionamento de uma escola onde todos os alunos se sintam reconhecidos, valorizados e respeitados. Para tanto, eles teriam de tornar-se capazes de selecionar os conteúdos do currículo, formular as estratégias de ensino, de acordo com os objetivos gerais da educação e dos específicos, para que atendam às diferenças individuais e circunstanciais.

Segundo Mantoan (1997) “o professor de Educação Especial deverá ser considerado como o líder da sala de aula”, entende-se que deverá procurar conseguir: Ajudar o aluno a desenvolver identidades positivas de gênero, raça, de cultura, de classe e individuais, bem como reconhecer e aceitar sua participação como membro de muitos grupos diferentes; levá-lo a ver-se como parte de uma sociedade mais ampla.

Também deve direcionar o fazer-pedagógico para desenvolver identificação, empatia, relacionamento com outros grupos; estimular o respeito e a apreciação pelos diversos modos de viver das pessoas; encorajar, nos primeiros relacionamentos da criança, uma abertura que desperte o interesse pelos outros, o desejo de inclusão e cooperação; ajudar que forme uma consciência realista da sociedade contemporânea, bem como um sentido de responsabilidade social aliado a um interesse ativo que vá além da família ou do seu próprio grupo; ajudá-lo a ser capaz de fazer análises e atividades autônomas, de exercer criticidade no ambiente social; proporcionar o desenvolvimento de habilidades sociais, afim de tornar a criança participante plena da sociedade, de acordo com os estilos orientações culturais e origens; promover relacionamentos eficazes e recíprocos entre as escolas e as famílias.

É preciso segundo os mesmos autores ir além da simples celebração da diversidade: ensinar os alunos a entender as desigualdades sociais e capacitá-los para trabalhar ativamente na mudança da sociedade. O ensino deve ser anti-racista e anti-sexista para superar as mensagens que as crianças recebem em outros ambientes.

A inserção escolar da pessoa com deficiência poderá contribuir significativamente para estimulá-la a se comportar ativamente, diante dos desafios do meio.

A inclusão do aluno com deficiência na escola regular vai exigir mudanças de posicionamentos, concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas. Portanto, haverá motivo para que a escola se modernize e aperfeiçoe suas práticas e atualize as condições atuais do ensino fundamental, o que resultará em benefício para todos os alunos.

### **1.2.3. Fins da Escola Inclusiva**

O fim principal da integração escolar de alunos com deficiências é sua conquista da autonomia moral e intelectual, acrescida da valorização dos papéis sociais, pressupondo a igualdade de valor entre as pessoas, e não apenas uma mera oportunidade de participação desses sujeitos no meio produtivo normal, na opinião de Mantoan (2000, p.36).

Na opinião da autora, ainda que não se possa desconsiderar de vez a questão pedagógica dos métodos, currículos, didáticas, a educação vai além, ou seja, adentra por outros caminhos que conduzem ao entendimento da condução humana, em suas mais dignas e elevadas aspirações.

A Educação Especial, atualmente, propõem-se a ajudar não só o aluno com dificuldades especiais, mas seus pais, professores, colegas, pessoal administrativo, enfim, toda a comunidade escolar, para que receba e aceite de forma correta o deficiente, na opinião de Delors (1999).

Tentar separar os grupos de alunos em nome da homogeneização, afirma Mazzota (1982) é empobrecer o ensino e anular o sentido de igualdade de oportunidades para todos, pois esta não quer dizer tratamento igual, mas oportunidades educacionais diversificadas. Que repousam mais na diversificação que na semelhança de programas escolares.

Na sociedade convivemos com pessoas diferentes, quer pela personalidade, quer pela aparência ou pela aptidões, ou na maneira de ser e de agir, e no modo de encarar a vida e seus semelhantes (STAINBACK & STAINBACK, 1999). Cada pessoa tem em suas potencialidades um projeto de vida que deverá ser realizado. A educação formal é que vai viabilizá-lo dando sentido a vida de cada um. Esse argumento está implícito no documento da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo/SP (1984).

## **II. A ESCOLA REGULAR E A ACESSIBILIDADE DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

A Educação Inclusiva, hoje está direcionada a acontecer na escola regular não apenas em função de como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças (e pessoas de um modo geral) com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados, sempre foi um problema social e institucional.

Essa tarefa estava, antes, restrita à família ou a alguma pessoa que, por alguma razão, assumisse esse papel, bem como às instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais etc.), especialmente dedicadas ao problema. Agora, como é realidade em termos legais, espera-se que em termos reais as escolas fundamentais incluam crianças que apresentem limitações.

Refletir sobre os fundamentos da educação inclusiva significa analisar o que está na base, apoiar, e — mesmo que não tenhamos consciência, que não tenhamos obrigação de trabalhar em sala de aula — está presente e de alguma forma regula nosso trabalho. É fundamental refletir sobre isso, procurar saber e tomar uma posição sobre o que pode estar definindo as características de nosso trabalho.

Como base de reflexão se coloca a premissa de que há, pelo menos a preocupação do docente, em aula, que os alunos se respeitem e,

que trabalhem de um modo de não excluir o outro nas atividades desenvolvidas: coordenam-se, ora como meio, ora como fim. O que define a exclusão é articulado e como é negado um ou outro. Na Educação Inclusiva, propõe-se uma forma de articulação entre eles diferente daquela à qual se está acostumado.

Há, agora, dispositivos legais favoráveis à inclusão, ou seja, aos relacionamentos pela lógica do gênero e não mais preferencialmente pela lógica da classe; relacionamentos em um contexto de integração, de presença de uma coisa em relação à outra. Gostaria de analisar os aspectos positivos da inclusão; mas, também, seu lado perverso e negativo que já pode ser observado. Talvez seja útil começar analisando e comentando com os alunos os aspectos positivos da classe, como também os negativos, propondo que sejam revistos da forma de organizar a vida deles no conjunto para a melhora da aprendizagem.

Anteriormente, a lógica da exclusão apoiava-se na lógica das classes. Classificar é uma forma de conhecimento, que nos possibilita definir a extensão dos termos que, por possuírem um critério comum, são equivalentes entre si, quanto a esse critério. Ou seja, classificar é uma forma de conhecimento pela qual é reunido, abstraindo as semelhanças, todos os termos que satisfazem a um critério comum, tornando-os, por isso, equivalentes entre si com relação a esse critério.

Ao ingressarem no sistema educativo tradicional, regular ou especial, as crianças com necessidades educacionais especiais, frequentemente, vivenciam interações que reforçam uma postura de passividade diante de sua realidade e a de seu meio ambiente, sendo

submetidas a um paradigma educacional no qual elas continuam a ser o objeto, e não o sujeito, de seus próprios processos. Esses paradigmas, ao contrário de educar para a independência, para a autonomia e para a liberdade no pensar e no agir, reforçam esquemas de dependência e submissão. Em alguns casos, por se estar preso ainda a uma educação tradicional, os alunos são vistos e tratados como receptores de informações e não como construtores de seus próprios conhecimentos.

Exatamente pelas dificuldades e atrasos que os alunos com necessidades especiais apresentam em seu desenvolvimento global, é necessário oferecer-lhes um ambiente de aprendizagem que os ajudem a abandonar essa postura passiva de receptores de conhecimento. Um ambiente onde sejam valorizadas e estimuladas a sua criatividade e iniciativa, possibilitando-lhes uma maior interação com as pessoas e com o meio em que vivem, partindo não de suas limitações e dificuldades, mas da ênfase no potencial de desenvolvimento de cada um, confiando e apostando nas suas capacidades, aspirações, crescimento pessoal e integração na comunidade.

### **2.1. O aluno com necessidades educacionais especiais: educar para a autonomia**

Se o modelo educacional padronizante, vigente em nossas escolas, o qual é baseado em padrões de normalidade extremamente arbitrários, já exclui muitos alunos considerados "normais", muito mais ainda àqueles alunos com deficiências mais específicas e com limitações que dificultem sua interação com o meio. Com essa realidade, se assume a

reestruturação nos modelos usados e, se procura minimizar o distanciamento que poderá existir entre os alunos.

Por este motivo, fica difícil falar em uma "educação inclusiva" sem uma crítica e uma transformação radical deste modelo padronizante, *o qual não suporta as diferenças*. Não basta apenas encontrar professores de boa vontade e bem intencionados. Como alerta Carmo (2001), os que forçam essa prática de uma inclusão escolar no ensino regular, de alunos com necessidades educacionais especiais, de forma indiscriminada, de forma "xiita", *"forçam e colocam em prática uma ação completamente desarticulada e sem compromisso com a realidade objetiva das escolas regulares brasileiras"*, porque, na realidade, segundo Carmo (2002,p.36) *"...deixam de considerar que as escolas públicas e privadas na forma como se apresentam, historicamente, têm cumprido dentre outras funções a de perpetuar as desigualdades sociais"* (CARMO, 2001).

Com muita frequência a criança com alguma deficiência, física, mental ou sensorial, por suas próprias limitações motoras e/ou sociais, agravadas por um tratamento paternalista não valorizador de suas potencialidades, cresce com uma restrita interação com o meio e a realidade que a cerca. Muitas vezes, se não for adequadamente estimulada, assume posições de passividade diante da realidade e na solução de seus próprios problemas diários. É condicionada a que outros resolvam os seus problemas e até pensem por ela. Como faz notar Valente:

As crianças com deficiência (física, auditiva, visual ou mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir que

estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem (VALENTE, 1991,P.48).

Se, conforme Piaget (1998), as crianças são construtoras do próprio conhecimento, quando portadoras de deficiência essa construção, portanto, pode ser limitada pela restrita interação das mesmas com o seu ambiente. E é nesta interação que, segundo Papert (1994), através da ação física ou mental do indivíduo, se dão as condições para a construção do conhecimento. Sobre a importância, para o aprendizado, das interações no mundo.

Enfatiza Papert:

O Construcionismo, minha reconstrução pessoal do Construtivismo,... atribui especial importância ao papel das construções no mundo como apoio para o que ocorreu na cabeça, tornando-se, deste modo, menos uma doutrina puramente mentalista (PAPERT, 1994, p.23).

E, quando essas crianças com necessidades educacionais especiais ingressam em um sistema educativo tradicional, em uma escola tradicional, seja especial ou regular, freqüentemente vivenciam interações que reforçam uma postura de passividade diante de sua realidade, de seu meio. Freqüentemente, são submetidas a um paradigma educacional no qual elas continuam a ser o objeto, e não o sujeito, de seus próprios processos. Paradigma esse que, ao contrário de educar para a independência, para a autonomia, para a liberdade no pensar e no agir, reforça esquemas de dependência e submissão. São vistas e tratadas como receptoras de informações e não como construtoras de seus próprios conhecimentos.

Exatamente pelas dificuldades e atrasos que esses alunos com necessidades especiais freqüentemente apresentam em seu desenvolvimento global, é vital, com muito mais ênfase nesses casos, oferecer-lhes um ambiente de aprendizagem que os ajude a abandonar essa postura passiva de receptores de conhecimento. Um ambiente onde sejam valorizadas e estimuladas a sua criatividade e iniciativa, possibilitando uma maior interação com as pessoas e com o meio em que vivem, partindo não de suas limitações e dificuldades, mas da ênfase no potencial de desenvolvimento que cada um trás em si, confiando e apostando nas suas capacidades, aspirações mais profundas e desejos de crescimento e integração na comunidade.

Para que o aprendiz seja, portanto, esse sujeito ativo na construção do próprio conhecimento, é vital que vivencie condições e situações nas quais ele possa, a partir de seus próprios interesses e dos conhecimentos específicos que já traga consigo, exercitar sua capacidade de pensar, comparar, formular e testar ele mesmo suas hipóteses, relacionando conteúdos e conceitos. E possa também errar, para que reformule e reconstrua suas hipóteses, depurando-as.

## **2.2 Sensibilização da Comunidade em Geral e dos Profissionais**

Sensibilização contínua e sistemática e informação à sociedade em geral, acerca das necessidades e dos direitos das pessoas com deficiência e suas Famílias; inclusão de tópicos sobre necessidades educativas especiais nos planos de estudo das Escolas de Educação, de uma forma mais extensa, complementada pela realização de estágios em contexto real de trabalho; formação contínua, intensiva e sistemática para

todos os professores e funcionários, nos diferentes níveis de educação: ações de sensibilização sobre educação inclusiva e formação especializada, nomeadamente em temáticas como pedagogia diferenciada, adaptação de currículos, sistemas de comunicação, tecnologias de apoio, definição de um perfil e de uma identidade profissional, formação adequada, definição de um estatuto e de uma carreira profissional para os assistentes personalizados; integração de profissionais com deficiência nos diferentes níveis do sistema educativo.

### III. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

#### 3.1. Contextualização do Método

A presente pesquisa foi realizada com Professores de uma Escola Estadual de Ensino Médio da cidade de Caçapava do Sul – RS. A pesquisa teve como meta analisar se a utilização da teoria está sendo condizente com a realidade prática da escola, sobre a acessibilidade do educando em um estudo.

Através do estudo de caso constatou-se várias respostas sobre o tema em questão, uma vez que esta metodologia serve para fazer uma análise dentro de um tema amplo, para Godd e Hatt, 1968 (apud LUDKE e ANDRÉ, 1986: p.17): “ o estudo de caso se destaca por se construir numa unidade dentro de um sistema mais amplo.” Abordou-se o estudo de caso, porque este é um método que busca retratar a realidade de forma completa e profunda, visa à descoberta mesmo que se tenha alguns pressupostos teóricos iniciais, procura manter constantemente atento a novos elementos que surgem no decorrer do estudo.

Conforme Ludke e André (1986,p.21) “[...] *a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira*”.

O trabalho foi direcionado para o conhecimento qualitativo da realidade da escola, utilizando como metodologia o estudo de caso, cuja descrição dos dados foi determinado pela real situação, que foi suficiente para analisar o assunto focado. Enquanto investigadora fiquei sempre atenta para os elementos que surgiram no momento das entrevistas, redirecionando assim o trabalho, dentro das necessidades surgidas, até para que houvesse fidelidade no estudo e, para que os membros da escola analisada, conheçam a forma completa e profunda das dimensões da situação.

Considerou-se, ao desenvolver este trabalho cujo tema foi “Acessibilidade de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Escola de Ensino Regular”, o estudo teórico feito com autores renomados no assunto e a experiência vivenciada e teorizada no decorrer do Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional. conhecer a opinião da classe docente, visto que o conhecimento é uma atividade que por si só transforma a realidade, levando os envolvidos a uma reflexão — apropriação do saber, descobrindo um novo mundo, uma nova maneira de enxergar a evolução do fazer pedagógico como conhecimento no que se refere ao trato da acessibilidade de alunos com dificuldades especiais, sem deixar de entender que a atuação do professor pouco favorece para que haja uma relação direta entre a teoria e a prática em tornar possível a inclusão desses alunos em Classe regular.

### **3.2. Contextualização da Escola**

Escola Estadual de Ensino Médio, está localizada numa área central de classe média, atendendo a uma clientela de 1.026 alunos de

Ensino Fundamental e Ensino Médio e Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em grande maioria com um bom nível sócio–econômico. Apesar das dificuldades para o bom desenvolvimento do trabalho principalmente ao que se refere ao espaço físico, a escola conta com o reconhecimento da comunidade, o que faz com que seja uma das Escolas Estaduais mais procuradas na cidade. Há uma boa aceitação da comunidade escolar no que se refere a linha de trabalho existente e o ensino da escola é considerado de boa qualidade.

Existe na escola o desejo por parte dos alunos em participar de atividades extra–classe: competições esportivas, grupos de dança, teatro, palestras, etc. Embora não haja um salão com palco para oportunizar estas atividades, vem sendo desenvolvidas dentro do espaço da escola.

De um modo geral não existe a participação espontânea e afetiva dos pais, alguns por serem muito ocupados em seus afazeres profissionais, outros por desconhecimento da importância de sua participação na comunidade escolar e, outros ainda por desinteresse, colocando a responsabilidade da parte de formação cultural do educando apenas na Escola.

A escola está elaborando sua Proposta Político–Pedagógica baseados em seu plano integrado, procurando com isto, aprofundar os objetivos que norteiam a vida escolar. Notória também se faz a preocupação da Escola em preparar pais, alunos, professores e funcionários para a prática de uma proposta construtivista. Há uma consciência de que este trabalho será árduo e penoso mas que trará inúmeros benefícios para o aprimoramento da Educação e do educando, pois no que diz a Filosofia da

Escola: “Investindo no homem crítico, criador e atuante teremos uma sociedade mais feliz”.

O processo histórico se dá mediante a atuação e participação do homem no contexto social, político, econômico cultural e ético dos diferentes grupos sociais, a todo momento podemos perceber a transformação da realidade pela atração consciente e crítica deste. A função básica da escola está centrada na formação do indivíduo na compreensão do mundo por ele vivido. É necessário para a formação do cidadão que seja responsável, consciente, livre, criativo, afetivo e que busque a transcendência através da fé e respostas para as questões sobre o sentido da vida, questionando os valores necessários para uma melhor convivência entre os seres humanos.

Com essa realidade comunitária que a envolve, a escola deve interar-se da vida do aluno, usando o conhecimento que traz de sua realidade possibilitando um processo de troca mútua de conhecimento e experiências; tornando o processo ensino-aprendizagem mais eficaz na construção do conhecimento, domínio da realidade em que vive, possibilitando-lhe a auto-realização.

Esta Instituição Escolar tem como Objetivo Geral “oportunizar condições para o desenvolvimento integral do educando, ajudando-o a tornar-se um elemento capaz de participar e atuar de maneira criadora e consciente na sociedade a qual pertence”; com funcionamento nos três (03) turnos, tendo como autonomia direta e aplicável diuturnamente em seu contexto escolar o cumprimento das prioridades determinadas no Projeto Político-Pedagógico, tanto no âmbito pedagógico, como administrativo.

Tem por meta também a aplicação de Projetos Especiais, desenvolvidos ao longo do ano letivo, como instituição em constante comunicação, busca a transformação da sociedade evidenciando responsabilidade, consciência crítica, liberdade, justiça, criatividade e afetividade entendida como tentativa de buscar respostas para questões sobre o sentido da vida, sobre raízes dos valores. Como decorrência visa a atuação desse cidadão em tempo e espaço determinado, dando-lhe a condição de buscar uma efetiva reorganização social, tornando-se sujeito do meio no qual está inserido numa relação de autenticidade e consciência crítica promovendo assim, a construção de uma nova sociedade.

A avaliação está disciplinada de maneira a melhor atender os seus alunos, por meio de avaliação formativa, havendo recuperação preventiva e com parecer descritivo. Todos os setores da escola têm seu funcionamento definido, de maneira disciplinar completando as atividades da prática escolar.

### **3.3 Participantes do Estudo**

Participaram deste trabalho, oito (08) Professores docentes de Séries Finais do Ensino Fundamental de uma Escola Estadual de Ensino Médio da zona urbana desta cidade. A escolha destes profissionais se deu por estarem diretamente ligados ao tema em estudo.

### **3.4. Instrumentos Utilizados**

No primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, para obter-se uma fundamentação mais consistente. E no

segundo momento foi solicitado a licença da Direção da escola para a realização do estudo, deixando claro os objetivos e fins da pesquisa. Foi feito acordo com os entrevistados quanto à utilização das informações, do caráter confidencial e do anonimato dos sujeitos, no decorrer da investigação; bem com a publicação desta.

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a entrevista semi-estruturada com o segmento da comunidade escolar escolhido como amostra, neste caso Professores Regentes de Séries Finais de classe regular de Ensino Fundamental. Com este instrumento, dentro da perspectiva de entrevista, conforme diz Ludke e André (1986, p.33), *podemos flagrar freqüentemente a inabilidade de um entrevistador que antecipa e força a resposta do informante, através da própria pergunta.*

Salienta-se que, com a finalidade de obter informações precisas sobre o assunto abordado, sendo que os entrevistados, através desta investigação deixaram explanado na íntegra a posição adotada pelos profissionais, frente a filosofia e objetivos determinados pela Comunidade Escolar em seu Projeto Político-Pedagógico, logicamente sem esquecer o embasamento obrigatório na Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/1966.

Segundo Ludke e André (1986,p.03), *“evolução dos próprios estudos na área de educação, tem os instrumentos intermediando e percebendo os dados que podem ser submetidos a um tipo de abordagem, pois em educação as coisas acontecem de maneira variável, mais evidente durante a aplicação, pois permite a observação participante”.*

Neste contexto a coleta de dados mostrou a realidade e a visão do Corpo Docente, no que se refere ao tema “Inclusão”, nova abordagem que atende a uma variedade de casos diferenciados, estando envolvidos alunos com problemas de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências.

### **3.5. Análise de Dados**

Os dados coletados foram lidos, discutidos e analisados e após relatados de forma descritiva, enfatizando-se mais o processo do que o produto, preocupando-se com a perspectiva dos participantes, onde todos os elementos pesquisados foram considerados importantes. Leitura cuidadosa selecionando as informações mais significativas, logo após as informações foram agrupadas conforme o questionamento e a semelhança do significados do conteúdo expresso, interpretadas a luz das teorias estudadas. Para preservar a identidade dos participantes foram cognominados por letras do Alfabeto.

No entender de Ludke e André (1986, p.39), a análise pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema.

## IV. ANÁLISE DOS DADOS

Embora se conheça que, a proximidade física seja uma necessidade para o desenvolvimento de cada ser em um conjunto social, onde fazem parte pessoas de diferentes classes e perspectivas de vida, entende-se que essas mesmas pessoas, mesmo agrupadas por interesses, são diferentes.

A entrevista, com os professores, teve como pressuposto o conceito de aluno com necessidades especiais,(Secretaria Estadual de Educação de São Paulo /MEC,1994).

### 4.1.Considerações dos Professores sobre a Acessibilidade

Quando se falou em o que o Professor entendia por inclusão de alunos em uma classe regular ... Disse a entrevistada P<sub>2</sub> que... *“todo o aluno com dificuldade de aprendizado deve ser uma criança especial”*.

Em se tratando da escola em relação a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais a entrevistada P<sub>5</sub> falou que... *“a escola embora sabendo que precisa aceitar esse aluno, preocupa-se por falta de estrutura física e pessoal competente, preparado para lidar com essas crianças”*.

O despreparo do corpo docente, foi o que mais preocupa os entrevistados, visto que o trabalho é com pessoas diferentes, existe a falta de experiência para tratar esses discentes e, por falta de estrutura, material adequado e está sendo obrigada a receber esse aluno.

Percebem a entrevistadas que a escola... “coopera para que aconteça a acessibilidade desse aluno dito diferente, proporciona momentos de integração com a família a fim de que seja criado um clima favorável ao processo ensino–aprendizagem, que as dificuldades visíveis na escola quanto ao espaço físico inadequado para a inclusão, falta de material para atender os alunos portadores de necessidades educativas especiais, bem como especialização para tratar destes alunos, também a todos os outros que possuem s«dificuldades de aprendizagem, colocam que estão colaborando para a realização da inclusão, porque recebe os alunos portadores de necessidades educativas especiais com carinho e dedicação”.

Os professores, sabem que a inclusão é necessária para o crescimento do aluno com necessidades especiais, porém fica o entrave de como tratá-lo. Todos preocupados apenas em não poderem oferecer mais, até por falta de condições tanto em material como em pessoal especializado.

A entrevistada P<sub>8</sub> disse: *“A lei manda incluir e, aí a escola inclui mesmo com dificuldades, o estado investe pouco na formação e infraestrutura. Os alunos regulares tem dificuldade em receber os especiais”*.

Bastante focado o lado do aluno, considerado como receptivo aceitam as restrições impostas em função do todo, ajudam nas dificuldades, colaboram e têm paciência com os colegas, se preciso, acompanham, ajudam, transportam, são preocupados em ajudar os diferentes.

Falou a entrevistada P<sub>6</sub> que... *“Na nossa escola falta consciência para o problema. Não temos mão-de-obra especializada, os funcionários não tem formação e os alunos regulares sentem-se discriminados, pois o professor dedica mais atenção aos alunos com Necessidades Especiais”*.

Quanto aos pais *“fazem o que podem, mas têm pouco conhecimento e despreparo, mas têm muito amor e, isso diminui a distância e, a convivência acaba com a acessibilidade”* disse a entrevistada P<sub>8</sub>.

Entendem os professores entrevistados que, essa acessibilidade, é fazer parte de um todo, inserir, compreender, enfim, igualar. Na inclusão não deve haver diferença, nem a escola e nem os professores estão preparados para atender os alunos ditos “normais”, quanto mais o com de necessidades educativas especiais.

Disse a entrevistada P<sub>7</sub> que... *“a escola deve promover mais cursos de atualização, buscando uma qualidade melhor, aperfeiçoar seu corpo docente e melhorar suas condições físicas, bem como o material didático, para atender melhor todos os alunos que estão freqüentando as instituições educativas”*.

Os pais trabalham essa realidade com muita preocupação, pela possível rejeição que possa advir pela falta de conhecimento, paciência e respeito, temendo a resistência da escola e o tratamento do professor a esse aluno.

Olhando de outro ângulo o caso a entrevistada P<sub>3</sub> disse: *“Os pais sentem-se realizados por ver os filhos disputando igualdade com os ditos “normais”, sendo também motivo de preocupação com referencia a aceitação”*.

Observa-se que, de certa forma, que é tudo o que os pais querem, mesmo com receio pelo tratamento que o filho possa receber na escola regular.

A sociedade entende essa realidade, até muitas vezes normal, visto que parece não estar atenta a este problema, não ser esclarecida o suficiente para opinar. Disse a entrevistada P<sub>4</sub>... *“Acho que aprova, mas não opina., (sente quem tem o problema na família)”*.

Ainda falou a entrevistada P<sub>5</sub>... *“Acho que com bons olhos, querendo que tudo dê certo. Acompanha e dentro do possível procura ajudar”*.

Disseram os entrevistados que, as maiores dificuldades encontradas no ensino-aprendizagem dessas crianças em classes regulares é que o grande número de alunos na turma dificulta o atendimento mais direcionado, ficando o aluno especial a mercê do acompanhamento individual; a aprendizagem é freada na turma em geral e, isso,

conseqüentemente é sentido pela criança com necessidades especiais, tornando-se culpada pelo desenvolvimento dos demais.

Salienta a entrevistada P<sub>7</sub>... *“No acompanhamento geral da turma, a aprendizagem é lenta e, o maior problema é com o professor que se preocupa em dar conta de desenvolver o conteúdo”*.

Disse a entrevistada P<sub>4</sub>... *“Que crianças especiais deveriam ter sistema de ensino e currículo especialmente adaptado ao tipo de clientela”*.

Foi visto, dentro dessa realidade que a inclusão como forma de valorização humana, apesar das diferenças físicas ou psicológicas, todos os seres merecem carinho, respeito e dedicação das pessoas que estão ao lado dessas crianças, para assim acontecer realmente a inclusão, com o objetivo de melhorar de todo o processo ensino-aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitas vezes o professor fica sem saber como trabalhar com a diversidade, pois essas questões não são discutidas durante a sua formação. Para trabalhar as diferenças, o professor usa métodos organizados com base na realidade da classe. O educador não pode priorizar uma só cultura, uma só linguagem. O aluno deve visto como um sujeito com aptidões e dificuldades diferenciadas.

Com todos os significativos benefícios que apresentamos acima, os quais vivenciamos diariamente em nosso trabalho, poderíamos concluir, então, que inquestionavelmente, sempre existe um fator de inclusão social do aluno com necessidades educacionais especiais, depende de ser trabalhado adequadamente com profissionais devidamente com condições de formar nessa classe heterogênea o maior conjunto possível as diferenças em função de uma melhor aprendizagem.

Existem, como já se colocou anteriormente, até por função legal, inúmeras formas de utilização dos conhecimentos que enriquecem os professores, de forma muito significativa, o processo de inclusão social desses alunos. Mas também existem, infelizmente, outras formas que podem causar o efeito exatamente contrário. Ou seja, a exclusão social, a falta de iniciativa, a passividade e a dependência do aluno.

Na verdade, esses conhecimentos e, essa nova visão de incluir está sendo utilizado como uma nova "maquiagem" que disfarça o velho e decrépito modelo, atrasando ainda mais as transformações estruturais necessárias. E, nesse contexto, o processo educacional está em busca de torna-se menos um obstáculo para o verdadeiro aprendizado significativo do aluno, porque reforça e acrescenta algum tempo de sobrevivência ao moribundo modelo educacional tradicional.

Esta seria, portanto, uma forma de reforço da inclusão social, na medida em que reforça a passividade e a dependência. Educar para a autonomia e para o pensamento livre, como fator de inclusão social, mas, em condições da devida fundamentação. O mais elementar deles refere-se ao fato de que o acesso ao ensino regular ainda é restrito a, relativamente, poucas pessoas. Neste caso, é importante destacar que o fator de exclusão não é a tecnologia em si mesma, mas sim a dificuldade de acesso a ela, para uma parcela elevada da população, assim como a necessidade da disponibilização de capacitação básica para o seu acesso com condições de igualdade de direito.

E essa mudança significa tornar o aluno, cada vez mais, sujeito de seus próprios processos. Mas não é possível restringir a reflexão e os processos apenas ao nível da educação escolar. É necessário ampliar os questionamentos a nível de toda a sociedade, com seus dramas e contradições.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (Lei nº9.394). Brasília, Centro Gráfico,1996.

BONETI, Lindomar Wessler. (Coord.). *Educação, exclusão e cidadania*. Coleção Educação Ijuí: Editora Unijuí, Ijuí,2000.

CARMO, Apolônio A. do. *Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho*. Revista INTEGRAÇÃO, Brasília, MEC, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: 1997.

\_\_\_\_\_.*Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora Mediação,2002.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco*. São Paulo: Cortez, 1999.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Língua Brasileira de Sinais*. Procuradora da República em São Paulo. Recebido e-mail, em 22 de Julho de 2002.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizacionais*. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 2000.

JESUS, S. N.; MARTINS, M. H. *Escolas inclusivas e apoios educativos*. Cadernos CRIAP, Porto, Portugal: Edições ASA, n. 11, maio de 2000.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação. Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Ser ou estar: eis a questão*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

\_\_\_\_\_. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 2000.

MAZZOTA, M. J. S. *Fundamentos da Educação Especial*. São Paulo: Pioneira, 1982.

OLIVEIRA, Juarez. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.

PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1998.

SILVA, Luiz Heron da. (Org.). *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1999.

TRINDADE, Doile M. F. *A Exclusão Social da/na Escola*. Ciências e Letras, nº 17, 1996.

UNESCO. *La Educación Especial. Situación actual y tendencias en la investigación*. Salamanca: Sigüeme, 1997.

VASQUES, Carla K. *Muito além do jardim*. Revista Acheronta. Ano VI: 4.  
Canoas: Instituto Pestalozzi, 2000.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho: na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WAV, 1997.

# **ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL  
UFSM

ENTREVISTAS COM PROFESSORES

TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA: \_\_\_\_\_

GRAU DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_

1. Para você o que é aluno incluso ? \_\_\_\_\_
2. Você, como Professora Regente está preparada para fazer parte deste processo? Por quê? \_\_\_\_\_
3. Quais as maiores dificuldades encontradas na acessibilidade de alunos considerados diferentes, para que a construção do conhecimento aconteça dentro do ambiente escolar ? \_\_\_\_\_
4. A escola a qual trabalha possui estrutura adequada para receber qualquer tipo de aluno com Necessidades Educacionais Especiais? \_\_\_\_\_
5. Na sua opinião que alternativas são mais viáveis para que crianças com Necessidades Educacionais Especiais tenham um bom rendimento escolar (dentro das suas limitações) e, que haja no grupo uma maior integração?  
\_\_\_\_\_
6. Como os pais reagem quanto ao incluir crianças com Necessidades Educacionais Especiais junto aos alunos ditos normais ? \_\_\_\_\_
7. Qual a ação de produção de conhecimento adotada pela Escola em relação ao aluno e ao Professor? \_\_\_\_\_